

## AS ARMADILHAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB e ABRAFIL)

Telefax: (35) 3721-6507

Apesar de ser algo natural e relativamente fácil usarmos a língua materna, raros são aqueles que se apercebem do fato de que o português que falam ou que escrevem pode estar cheio de armadilhas imperceptível para a maioria das pessoas, de modo que podemos estar dizendo uma coisa enquanto o ouvinte ou leitor poderá estar entendendo outra coisa completamente diferente do que estamos querendo comunicar. Muitos de tais equívocos são conhecidos pelo nome de *ambigüidade*, os quais não devem ser confundidos com a *homonímia*, a *vaguidade* e a *indeterminação*.

Inicialmente faremos uma distinção entre tais termos, para depois nos limitarmos apenas à apreciação das fontes de ambigüidade em nossa língua, por considerarmos ser o conhecimento de tal matéria de grande utilidade como meio de evitarmos aborrecimentos, equívocos, confusões, inimizades e até prejuízos, em se tratando de textos legais ou documentos escritos, tais como contratos de locação, de trabalho, etc.

### HOMONÍMIA / AMBIGÜIDADE

Apesar de ser freqüente a associação da homonímia com a ambigüidade, não se pode confundir uma coisa com a outra, visto que a homonímia tem a ver com o fato de um mesmo significante estar ligado a dois ou mais significados, enquanto que a ambigüidade é o resultado que produz uma homonímia num ato comunicativo de forma a admitir duas leituras para uma mesma expressão, a exemplo da frase *Comprei uma lima*, que, descontextualizada, não esclarece se a compra foi de uma ferramenta ou de uma fruta.

Por conseguinte, os dados fornecidos pelo contexto lingüístico e pela situação discursiva são indispensáveis para se desfazer uma ambigüidade, exatamente por oferecer ao receptor pistas seguras acerca de qual interpretação escolher dentre as várias interpretações possíveis, de forma que, se a frase supracitada fosse dita por alguém saindo de uma quitanda, não haveria dúvida quanto ao significado da mesma e ela deixaria de ser ambígua.

Na exegese textual, os problemas surgem, muitas vezes, por se ignorar a situação discursiva, como costuma acontecer nas análises linguísticas dos adeptos do Formalismo em que, conforme Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 138),

...la posición del lingüista ante los enunciados es semejante a la de un receptor que escucha secuencias fónicas grabadas en un magnetófono por no se sabe quién, dónde, cuándo, cómo, por qué, para qué ni para quién. En tales circunstancias, aunque continúan siendo hechos diferenciados, toda *homonimia* produciría ambigüedad.

## VAGUIDADE

Para Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 143), “un término es *vago* cuando sus límites designativos son imprecisos. En tales circunstancias siempre existen realidades que pueden ser denotadas tanto por él como por signos vecinos en el sistema.” Logo, se conclui que a vaguidade não deve ser confundida com a ambigüidade, já que se trata de um fenômeno de designação (relacionado com a referência) e não de significação. Assim, se dizemos que “uma *mulher* esteve ontem aqui”, podemos estar nos referindo a uma adolescente, a uma jovem, a uma senhora madura ou até mesmo a uma senhora idosa. O fato é que os signos das línguas naturais são portadores de um elevado grau de vaguidade. Afinal, onde estará o limite entre verde oliva e verde musgo, duro e mole, morno e quente, cinza e branco, rápido e lento, pequeno e minúsculo, alto e baixo, floresta e bosque? Por conseguinte, tudo indica que a vaguidade relaciona-se com o nível universal da linguagem humana e limita-se à designação, isto é, à referência ao extralingüístico, usando a nomenclatura empregada por Uchôa (1994, p. 15). Em decorrência dessa natureza vaga das línguas naturais é que a linguagem científica se preocupa com a precisão, definindo bem os seus termos, ideal que muitas vezes não se consegue atingir.

Acerca do caráter vago das palavras (que se por um lado é desvantagem, por outro, é vantagem), Ullmann (1964) nos revela, como fontes dessa imprecisão, o caráter genérico das palavras, a exemplo de *árvore*, *animal* e, principalmente, *coisa*; o fato de as palavras nunca serem completamente homogêneas, como ocorre, por exemplo, com a palavra *livro*, cujo significado variará de pessoa para pessoa, já que para o livreiro tem um sentido, enquanto que para o autor terá outro, e assim sucessivamente; a falta de fronteiras bem definidas no mundo não lin-

güístico, a exemplo do espectro das cores, que implicará em distintos campos semânticos relativos aos nomes de cor de uma língua para outra; e a falta de familiaridade com as coisas que representam.

Black (1968), *apud* Moura (1984, p. 30), deixa implícita em sua teoria “a idéia de que a vaguidade é inerente à própria natureza da linguagem.” Para ele, “a imprecisão da linguagem é uma dimensão inevitável, como o é também a própria realidade, reestruturada lingüisticamente.”

## INDETERMINAÇÃO

Se a vaguidade pode ser confundida com a ambigüidade, o mesmo podemos dizer acerca da indeterminação em relação à vaguidade, como aconteceu com Kempson (1980, p. 125-139), ao incluir três tipos de indeterminação dentre os de vaguidade, isto é, a indeterminação do significado de um item ou sintagma, cuja própria interpretação parece intangível e indeterminada; a falta de especificação no significado de um item, quando então o significado, embora em princípio bastante claro, é muito geral; e os casos em que o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações. Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 142-143), por sua vez, distingue uma coisa da outra. Para ele, a indeterminação se diferencia não só da ambigüidade quanto da vaguidade, por admitir sempre um único significado, isto é, uma única decodificação; e por ser resultante de uma falta de informação, a exemplo de “John y Harry fueron a Cleveland”, “Luis está estudiando”, “Hace frío” e “Abierto los domingos”, já que não se determina se foram juntos ou não a Cleveland, o que é que Luis está estudando, se o frio é forte ou fraco e se abre só aos domingos ou aos domingos também. Além disso, resta alertar para o fato de que, segundo o mesmo autor supracitado,

Todos los mensajes de una lengua pueden ser indeterminados. Basta con que un oyente necesite más información (¿qué mensaje es tan explícito que no sea ya susceptible de ser precisado más?). Por el contrario, no todos los mensajes son ambiguos (sólo los que encierran en si mismos un tipo de homonimia).

Pelo exposto, algumas frases consideradas ambíguas ou vagas por alguns estudiosos do assunto, a rigor não são nem ambíguas nem vagas, mas, sim, indeterminadas, tais como as seguintes:

(01) “Ele *foi* à estação.”(Kempson, 1980, p. 127).

- (02) “João matou José.” (*Id.*, p. 130)
- (03) “Fazer a sala de estar.” (*Id.*, p. 132)
- (04) “João quase matou os reféns.” (*Id.*, p. 133)
- (05) “Maria comprou uma onça e João também.” (*Id.*, p. 137)
- (06) “Ela tem boas pernas.” (*Id.*, p. 125)
- (07) “Amélia não casou com Eduardo.” (Nunes & Leite, 1976, p. 48)
- (08) “Os candidatos ao emprego devem ter diploma de primeira classe ou certa experiência de magistério.” (Kempson, 1980, p. 128)
- (09) “João e Maria partiram.” (Moura, 1984, p. 60)
- (10) “Pedro, Paulo e Maria vieram de carro.” (Nunes, 1977, p. 50)
- (11) “Eu uso blusa de lã e de algodão.” (Carone, 1988, p.: 39)
- (12) “Encontrei vários velhos amigos e conhecidos.” (Moura, 1984, p. 27)
- (13) “O livro de João.” (Kempson, 1980, p. 127)

A imprecisão das frases acima ocorre por vários motivos. Na frase (01), por ser o verbo IR impreciso, não determinando o tipo de ação realizada, isto é, se a ida à estação foi de moto, de metrô, de carro, a pé, etc.; na frase (02), pelo fato de o verbo MATAR não esclarecer se a ação praticada por João foi intencional ou acidental; na frase (03), pelo fato de o verbo FAZER, semelhantemente aos verbos IR e MATAR, não determinar o tipo da ação realizada, se foi arrumar, limpar, pintar, decorar a sala, etc.; na frase (04), em virtude de QUASE não especificar se João estava prestes a realizar uma ação que poderia ter matado os reféns ou se ele deliberadamente praticou uma ação que por pouco não matou os reféns; na frase (05), por não se determinar o sexo da ONÇA que comprou, se macho ou fêmea; na frase (06), por ser BOM uma palavra de sentido variável que aqui pode significar pernas sem varizes, pernas bonitas e pernas que funcionam bem, dentre outras possibilidades; na frase (07), em virtude de a negação admitir três leituras possíveis, que seriam “não ter Amélia se casado com Eduardo o qual se casou com outra pessoa” ou “não ter Amélia se casado com Eduardo, mas com outra pessoa” ou “nenhum dos dois ter se casado”; na frase (08), por ser a disjunção também responsável por três leituras possíveis, isto é, se os candidatos devem ter “diploma, mas nenhuma experiência” ou “experiência, mas nenhum diploma” ou “ambas as coisas”; na frase (09), pelo fato de a conjunção aditiva, no sujeito composto, não determinar se João e Maria partiram juntos ou se cada um deles seguiu o seu

próprio caminho, separadamente; na frase (10), semelhante à anterior, por não se determinar se um veio num carro, os outros dois em outro carro, os três num carro só, ou se Pedro é vocativo e Paulo e Maria (cada qual) vieram em carros separados ou num mesmo carro; na frase (11), pelo fato de a conjunção aditiva não deixar claro se as blusas são feitas de um material ou de outro, ou se todas são feitas de uma mistura de lã e algodão; na frase (12), em virtude da conjunção aditiva, no adjunto adnominal composto, deixar indeterminada a frase, uma vez que não sabemos se amigos e conhecidos se aplicam a velhos ou se só amigos é que modifica o substantivo velhos; e na frase (13), por termos uma construção possessiva (*de João*) acerca da qual, salvo certa relação de associação entre o *possuidor* e o *possuído*, pouco se pode dizer sobre o significado da mesma, ou seja, se João é o autor do livro ou o portador ou o leitor ou o proprietário, dentre outras hipóteses.

Em síntese, concluímos que podem ser fontes de indeterminação, em português, o caráter impreciso de certas palavras, frases negativas, frases disjuntivas, a conjunção aditiva no sintagma nominal composto e algumas construções possessivas posicionadas.

## CLASSIFICAÇÃO DA AMBIGÜIDADE

Adotamos aqui a classificação da ambigüidade proposta por Gutiérrez Ordóñez (1994, p. 139-141), por considerarmos ser a melhor, apesar de insuficiente, em termos de servir como um guia seguro para a identificação das fontes de ambigüidade de uma língua. Ele menciona quatro tipos de ambigüidade que seriam a *ambigüidade fônica* (resultante de expressões possuidoras de uma mesma articulação fonética para descrições fonológicas diferenciadas que desaparecem na escrita, como é o caso de *gente de mente / gente demente*); *ambigüidade sintagmático-sintática* (resultante da neutralização das oposições existentes entre constituintes frasais, como ocorre em *Ela comprou a camisa vermelha*, onde vermelha pode ser tanto adjunto adnominal de *camisa* quanto predicativo do sujeito *ela*); *ambigüidade sintagmático-semântica* (resultante do *genitivo subjetivo / objetivo* do tipo *A eleição do prefeito*, com duplo sentido, isto é, “o prefeito elege” / “o prefeito é eleito”); e a *ambigüidade léxica* (resultante de uma palavra homônima ou polissêmica descontextualizada, como acontece em *O banco quebrou*, em que banco pode se entendido tanto como um “móvel” quanto como uma “empresa bancária”).

## FONTES DE AMBIGÜIDADE NO PORTUGUÊS

Uma vez estabelecida a distinção entre ambigüidade, homonímia, vaguidade e indeterminação, vejamos agora as fontes de ambigüidade na língua portuguesa que devem ser conhecidas muito bem como meio preventivo de evitarmos obscuridade e equívocos em nossas comunicações, observando que tais fontes abrange desde o caráter vocal da linguagem até a intenção do emissor, passando pela homonímia / polissemia, elipse, inversão da ordem dos constituintes frasais e a oração reduzida de gerúndio, dentre outras, conforme comentaremos a seguir.

**1. A língua falada.** Em relação a este item queremos nos referir ao caráter vocal da linguagem, ao fato de a linguagem se manifestar, *a priori*, através da voz humana, o que irá explicar as seguintes ambigüidades encontradas que, no entanto, desaparecem na escrita:

“Guaraná! *só da* Antártica.” (Castim, 1983, p. 80)

“*Deite* o livro!” (Moura, 1984, p. 24)

“Ele *cizela*.” (*Ibid.*)

Se, na escrita, as frases acima não são ambíguas, o mesmo não acontece na fala, se considerarmos que a frase (01), no português falado, pode significar ainda “Guaraná! *soda* Antártica” e “Guaraná! *só dá* Antártica”; a frase (02), “*Dei-te* o livro!”; e a frase (03), “Ele *se zela*”. Além destes, podemos mencionar, como exemplo de ambigüidade fônica, a oposição (constatada na língua escrita, mas neutralizada na língua falada) dos seguintes pares: “Quero *a mala* / Quero *amá-la*”, “Quero *ro-balo* / Quero *roubá-lo*”, “Aqui ele *somente* / Aqui ele *só mente*.”

**2. A homonímia e a polissemia.** Certamente uma das mais férteis fontes de ambigüidade, a homonímia e a polissemia nem sempre resultam em mensagens ambíguas, como já vimos, uma vez que o contexto pode desambiguá-las. No *corpus*, encontramos os seguintes exemplos ilustrativos:

(01) “Comprei uma *lima*” (Nunes, 1977, p. 43)

(02) “*Vendo* meus olhos” (*Ibid.*)

(03) “O que você quer que eu use hoje? □, *saia*! Não me amole!” (*Id.*, p. 36)

Em (01), descontextualizada, a frase pode se referir tanto a uma *fruta* quanto a uma *ferramenta* em relação à palavra *lima*, conforme já comentamos anteriormente, o mesmo acontecendo com as demais frases, tais como a que tem a palavra *vendo* em itálico, que pode significar “cobrir com venda” e “enxergando”; e a que tem a palavra *saía* em itálico, que pode significar “retire-se” e “vestuário feminino”.

### **3. A neutralização da oposição *lexia complexa / lexia simples*.**

Foi em Pottier (1968, p. 56) que encontramos uma demonstração explícita deste tipo de ambigüidade resultante da neutralização da oposição existente entre *lexias complexas* e *lexias simples*. Dentre os exemplos colhidos no *corpus*, merecem destaque “*Tirar a mesa*” e “*Ele meteu o pé no caminho*”, citados por Nunes (1977, p. 44), significando, respectivamente, como *lexias simples*, “afastar a mesa do lugar” e “chutou o caminho” ou “enfio o pé no caminho”, e, como *lexias complexas*, “retirar os objetos colocados sobre a mesa” e “caminhou apressadamente.” O mesmo podemos dizer da expressão em itálico na frase “O garoto ficou *de boca aberta*”, citada por Nunes & Leite (1976, p. 102), em que *de boca aberta* tanto pode significar “de boca aberta” mesmo, quanto “admirado” ou “assustado”, conforme interpretemos a expressão como sendo constituída de três *lexias simples* ou como sendo constituída de uma *lexia complexa* (que forma um bloco indivisível).

### **4. A quantificação cruzada.**

Apesar de ser, a quantificação numérica, definida e precisa, o que não é comum na pronominal, há casos em que se gera ambigüidade com o emprego de quantificadores determinantes de núcleos de sintagmas nominais, como é o caso da frase “*Cem* estudantes fuzilaram *vinte* professores”, citada por Kempson (1980, p. 137), em que os quantificadores *cem* e *vinte*, como determinantes dos núcleos do sujeito (estudantes) e do objeto direto (professores), respectivamente, são responsáveis pela dupla interpretação do enunciado, isto é, “havia vinte professores e cada um deles foi fuzilado por cem estudantes” ou “cada membro de um grupo de cem estudantes fuzilou vinte professores.” Neste caso, tudo nos leva a crer que a ambigüidade é de ordem distribucional entre elementos que se relacionam mutuamente.

**5. A elipse de constituintes frasais.** Nem sempre a elipse é fonte de ambigüidade, mas quando ela causa a neutralização de pessoa ou de gênero do sujeito ou a indeterminação de um constituinte frasal, aí a ambigüidade é inevitável, como podemos verificar nas seguintes frases em que há elipse do sujeito, do verbo e do complemento verbal:

(01) “Propus ao Pedro *ir* à secretaria.” (Moura, 1984, p. 88)

(02) “Conheci-o quando *era* padre.” (Nunes & Leite, 1976, p. 48)

(03) “O frango está pronto para *assar*.” (Nunes, 1977, p. 46)

(04) “Eduardo pediu a Patrícia para *sair*.” (Orlandi, 1990, p. 44)

(05) “Este jogo é difícil.” (Nunes, 1977, p. 48)

(06) “Eu consigo chutar minha cabeça com o pé; você não consegue.” (Nunes, 1977, p. 49)

Em (01) e (02) a elipse resultou na neutralização da oposição EU / ELE, de forma que ficamos sem saber quem deve ir à secretaria, se eu ou ele (Pedro) e quem era padre, se eu ou ele. Na frase (03) algo semelhante ocorre por não se esclarecer quem deve assar o frango, se eu, ele ou você. Em (04), “Eduardo pediu a Patrícia para *sair*”, há neutralização da oposição pronominal de gênero (ELE / ELA), razão pela qual se explica à ambigüidade que possibilita duas leituras para a mesma frase, “Eduardo pediu a Patrícia para ele (Eduardo) sair” e “Eduardo pediu a Patrícia para ela (Patrícia) sair.” Já, na frase (05), temos ambigüidade resultante do apagamento ou cancelamento do verbo de uma oração, de forma que em “Este jogo é difícil”, pode ser “de jogar” ou “de ganhar”. E em (06), “Eu consigo chutar minha cabeça com o pé; você não consegue”, a elipse do objeto nos leva a admitir aqui dupla interpretação, que seria “você não consegue chutar a sua própria cabeça” e “você não consegue chutar a minha cabeça.”

**6. A bi-referência pronominal / adnominal / adverbial.** Por bi-referência pronominal / adnominal / adverbial, entendemos um constituinte frasal de natureza *pronominal*, *adnominal* ou *adverbial* que se refere simultaneamente a dois termos antecedentes de forma a gerar um enunciado ambíguo. Esta é uma fonte de ambigüidade muito fértil em nossa língua, resultante da natureza linear da linguagem que, neste caso, provoca a neutralização da oposição *ordem estrutural* / *ordem linear*.

Em virtude da extensão do assunto e do número elevado dos ca-



tos analisados, desdobraremos este item, comentando primeiro os constituintes pronominais em *itálico* abaixo transcritos:

(01) “Maria conheceu Joana quando *ela* completou o curso.” (Nunes, 1977, p. 53)

(02) “O juiz irritou-se contra o jogador porque a torcida *o* vaiava.” (Nunes & Leite, 1976, p. 34)

(03) “João crê que *ele* é justo.” (Moura, 1984, p. 77)

(04) “Pedro beijou sua mulher e José *fez o mesmo*.” (Ilari, 1985, p. 86)

(05) “O sorriso do bebê começa *aqui*.” (Pezatti, 1988, p. 92)

Não há muita diferença quanto ao princípio gerador da ambigüidade nas frases acima, portadoras de um pronome, expresso ou elíptico, que se refere simultaneamente a dois constituintes oracionais, como é o caso da frase (01), em que o pronome anafórico *ela*, em “Maria conheceu Joana quando *ela* completou o curso”, se refere tanto a *Maria* quanto a *Joana*. Os demais casos apresentam pequenas variações. Em (02), no lugar do pronome *ele* aparece o pronome pessoal oblíquo. Na frase (03), o pronome *anafórico / dêitico* aponta para alguém mencionado anteriormente e para outrem, não mencionado, que pode, inclusive, ser o receptor da mensagem, isto é, “João crê que *ele* é justo”, em que *ele* se refere a João e a outra pessoa não identificada na frase. Já em (04), “Pedro beijou sua mulher e José *fez o mesmo*”, o sintagma em *itálico* significa “beijou sua mulher”, em que o pronome *sua*, elíptico na frase, aparece reportando-se tanto à mulher de Pedro quanto à de José, daí a ambigüidade. E, na frase (05), “O sorriso do bebê começa *aqui*”, recolhida de um anúncio publicitário da Johnson’s, o demonstrativo dêitico *aqui* está apontando tanto para o vidro de loção anti-assaduras segurado pela mãe na foto quanto para o bumbum do bebê (livre de assaduras).

Na seqüência, vejamos agora frases em que aparece não um pronome mas um adjunto adnominal se referindo simultaneamente a dois constituintes oracionais, fato este gerador das seguintes frases ambíguas:

(06) “Limpei o armário porque não queria entregá-lo ao colega *sujo*.” (Nunes & Leite, 1975, p. 47)

(07) “Reencontrei o pai da menina *que estudou comigo*.” (Nunes & Leite, 1975, p. 48)

Em todos os casos supracitados temos sempre o mesmo esquema, isto é, um modificador nominal (adjunto adnominal), oracional ou

não, que determina o núcleo (nome substantivo) de dois constituintes frasais. Na frase (06), o modificador é um adjunto adnominal que se refere indistintamente a dois substantivos. Neste caso, ficamos sem saber se *sujo* é o colega ou o armário. Quanto à frase (07), algo semelhante ocorre, só que nesse caso temos adjunto adnominal oracional designado pela NGB com o nome de oração subordinada adjetiva restritiva, como é o caso de “Reencontrei o pai da menina *que estudou comigo*”, em que quem *estudou comigo* pode ter sido tanto a menina quanto o pai.

Se tanto o pronome quanto o nome adjetivo (ou adjunto adnominal) podem se referir a dois nomes substantivos antecedentes de forma a tornar ambígua uma frase, algo similar pode acontecer também com um nome advérbio (ou adjunto adverbial) em relação ao verbo, ao modificar, simultaneamente, dois sintagmas verbais, como podemos constatar observando as seguintes sentenças:

(08) “Ele enterrou os ossos que encontrou *no porão*.” (Moreno & Guedes, 1979, p. 82)

(09) “Vacas que comem junco *freqüentemente* ficam doentes.” (*Id.*, p. 81)

Em (08), *no porão* se refere tanto ao local onde enterrou os ossos quanto ao local onde foram encontrados; e, em (09), *freqüentemente* se refere, simultaneamente, tanto às vacas que comem junco quanto às que ficam doentes, resultando, conseqüentemente, em frases ambíguas por dupla modificação.

**7. A neutralização da oposição núcleo / periferia de nomes contíguos.** Neste caso temos uma situação em que a ambigüidade é fruto da indeterminação do núcleo do sintagma nominal, como ocorre em “Um velho palhaço” (Perini, 1996, p. 105), em que tanto *velho* quanto *palhaço* podem indistintamente serem interpretados como núcleo (determinado) e periferia (determinante) do sintagma. Em outras palavras, trata-se de um palhaço idoso ou de um velho que se comporta como palhaço? Tanto uma coisa quanto outra, uma vez que, além da neutralização, há referência cruzada de nomes contíguos.

**8. A inversão da ordem dos constituintes frasais.** A mudança da ordem dos constituintes frasais, de direta para indireta (ou inversa), implica na neutralização das oposições *sujeito / objeto, objeto direto /*

*adjunto adnominal, núcleo / periferia.*

A princípio, merece especial atenção a inversão da ordem S-V-O (sujeito-verbo-objeto) conhecida como ordem direta em português, a qual é responsável pela ambigüidade encontrada nas seguintes frases:

(01) “Matou o leão o caçador” (Nunes, 1977, p. 38)

(02) “Driblou Marinho o adversário.” (Nunes & Leite, 1975, p. 48)

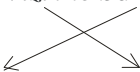
(03) “Destruíram os aviões os canhões antiaéreos.” (Câmara Jr., 1981, p. 152)

Conforme podemos verificar, a colocação do sujeito e do objeto após o verbo resulta na neutralização da oposição existente entre eles, de forma que ficamos sem saber se foi o leão ou o caçador que *matou*, em (01); se foi Marinho ou o adversário quem *driblou*, em (02); se foram os aviões ou os canhões antiaéreos que *destruíram*, e em (03); se foi a cobra ou a vaca quem *mordeu*.

Discordamos de Nunes & Leite (1975, p. 49) por apontarem ambigüidade na sentença “Os ônibus ultrapassaram os caminhões”, já que a ordem S-V-O se constitui em morfema tático em nossa língua, o que nos leva a reconhecer que foram *os ônibus* que ultrapassaram os caminhões e não vice-versa, sendo *os ônibus* o sujeito da oração, sem dúvida alguma.

Outro tipo de inversão é a que resulta em neutralização da oposição *objeto direto / adjunto adnominal* em consequência de modificação da ordem direta S-V-OD-OI (sujeito-verbo-objeto direto-objeto indireto) para S-V-OI-OD. Um exemplo típico deste caso é a frase “Ele falou com a moça que mora naquele apartamento”, citada por Nunes (1977, p. 54), em que o segmento “que mora naquele apartamento” pode ser interpretado tanto como sendo objeto direto de *falou* quanto como sendo adjunto adnominal oracional de *moça*, mais conhecido pelo nome de oração subordinada adjetiva restritiva, resultando num enunciado ambíguo, por não sabermos, afinal, se o que se deseja comunicar é que “Ele falou que mora naquele apartamento à moça” ou “Ele falou com a moça moradora naquele apartamento.” Há ainda um tipo de inversão citado por Lopes (1992-B, p. 100) que é conhecido pelo nome de *construção sintagmática enfática*. Tal inversão resulta na neutralização da oposição *determinante / determinado* ou *núcleo/ periferia* (adjunto adnominal do sintagma nominal) em construções com preposição mais artigo enfático intercalados, como podemos ver em “O burro do meu vizinho adoeceu” (Monteiro, 1991, p. 65), “Aquele cachorro do diretor só faz confusão”

(*Ibid.*) e “O grande cavalo do padeiro” (Moura, 1984, p. 74), em que a ambigüidade, fruto dessas construções invertidas, está em não sabermos se o *burro* pertence ao vizinho ou se ele é que é *burro*, se o *cachorro* pertence ao diretor ou se ele é que é *cachorro*, se o *grande cavalo* pertence ao padeiro ou se ele é que é um *grande cavalo*. Vejamos a seguir como operam tais inversões que se constituem em autênticos idiotismos da língua portuguesa:

*O meu vizinho burro* adoeceu  
  
**O burro** do meu vizinho adoeceu

**9. Os enunciados comparativos correlativos.** Enunciados correlativos comparativos podem resultar em ambigüidade por se registrar um duplo paralelismo sintagmático entre os sintagmas nominais das orações constituintes, como se verifica em “Alberto respeita mais os pais do que os irmãos” (Reinaldo, 1981, p. 59) e “Paulo conhece Lúcia tanto quanto Alfredo” (*Id.*, p. 63). Afinal, Alberto respeita mais os pais que os irmãos respeitam os pais ou Alberto respeita mais os pais do que Alberto respeita os irmãos? Por outro lado, Paulo conhece Lúcia tanto quanto ele (Paulo) conhece Alfredo ou tanto quanto Alfredo conhece Lúcia?

**10. A voz reflexiva.** Nem sempre teremos ambigüidade na voz reflexiva. Isso só acontecerá em dois casos, isto é, quando ocorrer neutralização das distinções existentes entre *reciprocidade* e *não-reciprocidade*, na terceira pessoa do plural, como é o caso de “Eles se olham” (Castim, 1983, p. 79), em que pode significar “cada qual olha a si mesmo” e “eles se olham reciprocamente”; e quando ocorrer neutralização da distinção existente entre *voz reflexiva* e a denominada *voz passiva sintética*, em construções com sujeito agente na terceira pessoa, como acontece na frase “Retirou-se a guarda” (Hauy, 1983, p. 172), que admite tanto a interpretação de que a guarda foi retirada (na voz passiva sintética) quanto a de que a guarda retirou a si mesma (na voz reflexiva).

**11. As orações reduzidas de gerúndio.** O gerúndio é uma forma verbal que, funcionando como oração reduzida, se transforma numa fonte inesgotável de ambigüidades, em virtude de, muitas vezes, não só poder ser interpretado como *adjunto adverbial* oracional e como *adjunto adnominal* oracional, neutralizando, assim, a oposição existente entre estes dois constituintes frasais, como também pelo fato de, como adjunto adverbial oracional, admitir neutralização das oposições *condicional / temporal* e *causal / modal*, como podemos constatar nos seguintes exemplos:

(01) “Reconheceu o amigo *rindo*.” (Nunes & Leite, 1976, p. 49)

(02) “Peguei o ônibus *correndo*.” (Castim, 1983, p. 79)

(03) “Encontrei Edu *atravessando a rua*.” (Borba, 1986, p. 214)

(04) “*Falando honestamente* João fez um ótimo discurso.” (Travaglia, 1996, p. 208)

Em (01), a oração reduzida de gerúndio em itálico (*rindo*) tanto pode ser interpretada como oração subordinada adjetiva restritiva ou adjunto adnominal oracional (Reconheceu o amigo *que ria*) quanto pode ser interpretada como oração subordinada adverbial modal ou adjunto adverbial oracional (Reconheceu o amigo *rindo*), sem falar no fato de que a oração reduzida *rindo* tanto se refere ao *amigo* quanto a *ele*. O mesmo acontece em relação às sentenças (02) e (03), observando que, na sentença (03), a oração reduzida de gerúndio, além de adjetiva, é adverbial temporal, e não modal, daí a razão de serem dúbias, de forma a não nos possibilitar uma exegese inequívoca acerca de quem estava *correndo*, se o ônibus ou eu; de quem estava *atravessando a rua*, se Edu ou eu.

A propósito, os casos analisados acima são análogos aos que serão examinados no item 15 (a neutralização da oposição adjunto adnominal / adjunto adverbial) com ligeiras variações, em virtude das peculiaridades próprias das orações reduzidas de gerúndio.

Na frase (04), a oração reduzida de gerúndio é adverbial, explicando-se a ambigüidade existente nela como sendo fruto da neutralização das oposições *condicional / temporal* e *causal / modal*, respectivamente. Daí a dupla interpretação para (04), que pode ser lida “Por ser honesto naquilo que disse, João fez um ótimo discurso” e “Falando de maneira honesta, João fez um ótimo discurso.”

Do exposto, já se viu que uma oração reduzida pode admitir

múltipla interpretação, como é comum acontecer com as gerundiais, e nem sempre é possível eleger uma delas como sendo a melhor escolha. A propósito, Kury (1985, p. 109) faz referência acerca da natureza dúbia das reduzidas de gerúndio dizendo que “muitas vezes uma oração adverbial reduzida de gerúndio se presta a mais de uma classificação, e nem sempre é possível fixar-nos numa delas como sendo a melhor”, para, no final, citar o seguinte exemplo: “*Proporcionando-me esta oportunidade*, mereceste a minha gratidão”, cuja oração em itálico significando “Por me proporcionares”, “Com me proporcionares” e “Ao me proporcionares” esta oportunidade, admite ser classificada como causal, modal ou temporal. Apesar de termos aqui uma ambigüidade lógico-semântica, porque todas as orações são adverbiais, ela pode ocorrer estruturalmente também. Por outro lado, de acordo com Lopes (1992-A, p. 896), o caráter ambíguo das gerundiais se explica pela ausência de gramemas introdutórios.

**12. A neutralização da oposição *genitivo subjetivo / genitivo objetivo*.** Nas línguas clássicas, o caso genitivo, segundo Jota (1976, p. 152), tinha, dentre outras, a função principal de caracterizar a origem e, “conforme o nome fosse sujeito ou objeto da idéia expressa pelo genitivo, tínhamos o *genitivo subjetivo* ou *genitivo objetivo*, por vezes confundidos: *Amor Dei* (amor de Deus, isto é, amor que Deus devota ou amor que a Deus se devota).” Daí o sentido dúbio das seguintes frases:

(01) “A *recusa do empregado* me surpreendeu.” (Reinaldo, 1981, p. 51)

(02) “O governo aguarda a remessa *dos imigrantes*.” (*Id.*, p. 17)

(03) “A *tua saudade* me atormenta.” (Jota, 1976, p. 152)

Para Nunes (1977, p. 37), construções com *genitivo subjetivo / objetivo* são resultantes da nominalização de orações. De fato, esta conclusão pode ser ilustrada com a frase (01), “A *recusa do empregado* me surpreendeu”, em que o termo em itálico corresponde às orações *O empregado recusar* e *O empregado ter sido recusado*, razão pela qual se explica a existência de ambigüidade em construções desse tipo, já que na nominalização do sintagma verbal desfaz-se a oposição *agente / paciente, adjunto adnominal / complemento nominal*. É por isso que ficamos sem saber, em (02), se os imigrantes remetem ou são remetidos; e em (03), se a saudade que atormenta é a que eu tenho por alguém ou a que alguém tem por mim.

**13. A neutralização de oposições com predicativo.** O predicativo, tanto o do sujeito (PS) quanto o do objeto (PO), é, dentre os constituintes frasais, um dos que mais contribuem para a formação de construções ambíguas, em virtude da neutralização das oposições PS / ADJUNTO ADNOMINAL, PO / ADJUNTO ADNOMINAL, PS / ADJUNTO ADVERBIAL, PS / OBJETO DIRETO, PS / PO, conforme podemos conferir nos seguintes exemplos encontrados no *corpus*:

(01) “O pai viu o filho *aflito*.” (Moura, 1984, p. 27)

(02) “No carnaval aquele grupo de jovens saiu de carro *fantasiado de índio*.” (Nunes & Leite, 1975, p. 47)

(03) “Eles pintam *nus*.” (Araújo, 1984, p. 60)

(04) “Sofia, *tranqüilizada*, deixa Ana.” (Ullmann, 1964, p. 327)

Analisando as frases supracitadas, concluímos que os termos em itálico podem modificar, simultaneamente, dois núcleos nominais, salvo em relação à frase (03), “Eles pintam *nus*”, cuja ambigüidade se explica em razão do termo em itálico poder funcionar tanto como predicativo do sujeito (Eles), significando “despidos”, quanto como objeto direto do verbo (pintam), significando “uma variedade de pintura artística.” Conseqüentemente, a vacilação na interpretação destes enunciados é inevitável, razão pela qual, em (01), não temos certeza sobre quem estava *aflito*, se o filho ou o pai; em (02), sobre quem estava *fantasiado*, se o grupo de jovens ou o carro; e em (04), se *tranqüilizada* Sofia deixa Ana ou Ana deixa Sofia.

**14. A neutralização da oposição *complemento verbal / adjunto adverbial (ou adnominal)*.** O fator determinante da ambigüidade aqui é o apagamento da distinção dos pares OBJETO DIRETO / ADJUNTO ADVERBIAL, OBJETO INDIRETO / ADJUNTO ADVERBIAL, COMPLEMENTO ADVERBIAL / ADJUNTO ADVERBIAL e OBJETO INDIRETO / ADJUNTO ADNOMINAL, como podemos constatar nos seguintes casos:

(01) “Estudou *muito*.” (Nunes, 1977, p. 54)

(02) “Carlos gastou dinheiro *comigo*.” (Reinaldo, 1981, p. 23)

(03) “Troca-se terreno *por telefone*.” (Castim, 1983, p. 79)

(04) “Ele não joga *nada* fora.” (Luft, 1985, p. 40)

(05) “O Delegado exigiu os documentos *do acusado*.” (Nunes & Leite, 1976, p. 34)

O problema aqui resulta da dupla leitura dos termos em itálico, que podem ser interpretados tanto como um *complemento verbal* quanto como um *adjunto*. Daí não termos a convicção, em (01), se  *muito* refere-se às muitas coisas (objeto do estudo dele) ou à intensidade desse estudo (adjunto adverbial do verbo estudar); em (02), se *comigo* refere-se ao objeto dos gastos de Carlos ou à pessoa com a qual Carlos se faz acompanhar quando gasta o seu dinheiro; em (03), se *por telefone* refere-se ao objeto da troca ou ao meio através do qual se troca terreno; em (04), se *fora* refere-se ao alvo da ação de jogar praticada por ele ou ao local onde ele atua, quando, então, não costuma jogar nada; e em (05), se *do acusado* refere-se aos documentos de outra pessoa exigidos pelo delegado ou aos documentos do próprio acusado.

Como se viu neste item e também como foi visto e se verá em outros tópicos estudados, o emprego de preposições, no lugar das desinências casuais latinas, nem sempre é garantia contra a ambigüidade.

**15. A neutralização da oposição *adjunto adnominal / adjunto adverbial*.** O adjunto adnominal constituído de um nome mais uma preposição (de, com, em), em determinada posição na sentença, resulta em frases ambíguas por se confundir com o adjunto adverbial, conforme podemos verificar nos seguintes enunciados:

(01) “Recebi um retrato *de Paris*” (Castim, 1983, p. 79)

(02) “Receber uma foto *do Rio de Janeiro*.” (Macedo, 1976, p. 20)

(03) “Foram projetados foguetes contra cidades inimigas *do nosso país*.” (Câmara Jr., 1981, p. 152)

O problema existente nas sentenças supracitadas é que os constituintes frasais em itálico podem ser analisados tanto como *adjuntos adnominais* quanto como *adjuntos adverbiais*. Daí a ambigüidade, que resulta de não sabermos, em (01), se o retrato é proveniente de Paris (adjunto adverbial de lugar) ou se o retrato reproduz a imagem de Paris (adjunto adnominal); em (02), *mutatis mutandis*, a mesma coisa; e em (03), se os foguetes foram projetados do nosso país ou se as cidades é que eram inimigas do nosso país.



**16. A neutralização da oposição oração adverbial final / oração adverbial consecutiva.** A oração adverbial *final* pode ser confundida com a adverbial *consecutiva*, resultando em ambigüidade, como é o caso da sentença “Esta caixa é pequena para guardar o presente”, citada por Nunes (1977, p. 54), que pode ser entendida como “uma caixa que é pequena para a finalidade de guardar um determinado presente” (adverbial final) ou como “uma caixa que, por ser tão pequena, não dá para guardar o presente” (adverbial consecutiva).

**17. As intenções não reveladas do emissor.** Há uma espécie de ambigüidade que só recentemente vem sendo apreciada pelos estudiosos da Semântica, a exemplo da ambigüidade encontrada em “José não consegue passar perto de um cinema” (Ilari & Geraldi, 1985, p. 57) cuja interpretação admite pelo menos duas hipóteses, a de “que José é fanático por cinema, e não consegue passar perto de um sem entrar e assistir ao filme em cartaz” (*Id.*, p. 58) e a de “que José tem horror a cinemas (não consegue nem chegar perto de um) e que a simples perspectiva de passar perto de um o leva a mudar de calçada” (*Id.*, p. 58).

Para Ilari & Geraldi (1985, p. 59), esse é “um tipo particular de ambigüidade □ cujo fundamento é situacional, não lingüístico; nem por isso se trata de um caso secundário ou negligenciável.”

Outro exemplo ilustrativo é citado por Reinaldo (1981, p. 15) para quem na frase “Luísa precisa regressar”, podemos entender não só que “o pai de Luísa está muito doente” como também que “Luísa está desempregada em São Paulo”, razão pela qual ela precisa regressar.

Nesses casos, entendemos que só a situação tem condições de oferecer pistas para uma interpretação inequívoca do enunciado, uma vez que não temos condições de adivinhar as intenções de quem o elaborou, e, portanto, a ambigüidade só se manifestará se a mensagem emitida vier descontextualizada. Além disso, cabe observar que só numa concepção ampla da Semântica, que inclua a Pragmática, este tópico deve ser incluído, levando-se em conta o fato de que a hipótese de separar a Semântica da Pragmática é aceita por aqueles para os quais, segundo Perini (1996, p. 243), “o primeiro componente da apreensão do significado (o que produz o significado literal) denomina-se *semântica*; o segundo, que computa o significado final com base no significado literal, mais fatores extralingüísticos, chama-se *pragmática*.”

## CONCLUSÃO

A princípio, o estudo da ambigüidade nos levou a concluir que não se pode confundir ambigüidade com vaguidade e com indeterminação; que a perspectiva gerativista da ambigüidade é precária e insuficiente para a abordagem do tema objeto deste ensaio; que tanto o contexto lingüístico quanto a situação discursiva devem ser levados em conta na interpretação de enunciados supostamente ambíguos, enunciados estes que às vezes se desambigüam ao nos apoiarmos em tais pistas para a exegese dos mesmos; que o caráter impreciso de certas palavras, a frase negativa, a frase disjuntiva, a conjunção aditiva do sintagma nominal composto e algumas construções pronominais preposicionadas podem resultar em enunciados indeterminados mas não ambíguos; que a classificação da ambigüidade dada pelos pesquisadores deste tema é muito inadequada e insuficiente para servir de guia seguro acerca das fontes de ambigüidade em nossa língua, já que se limita a três tipos principais de ambigüidade, a fonética, a léxica e a sintática ou estrutural, enquanto a nossa pesquisa revelou um painel bem rico de ambigüidades, o qual sequer tem a pretensão de ser completo; e que, reconhecendo a existência da ambigüidade como fator perturbador da linguagem por se constituir num empecilho para uma comunicação clara e destituída de demandas exegéticas entre dois interlocutores, os pontos críticos de nossa língua (que podem nos levar a cair na armadilha da ambigüidade) são certas construções de oralidade, a homonímia e a polissemia, a neutralização da oposição *lexia complexa / lexia simples*, a quantificação cruzada, a elipse de constituintes frasais, a bi-referência *pronominal / adnominal / adverbial*, a neutralização da oposição *núcleo / periferia* de nomes contíguos, a inversão da ordem dos constituintes frasais, os enunciados comparativos correlativos, a voz reflexiva, as orações reduzidas de gerúndio, a neutralização da oposição *genitivo subjetivo / genitivo objetivo*, a neutralização de oposições com predicativo, a neutralização da oposição *complemento verbal / adjunto adverbial ou adnominal*, a neutralização da oposição *adjunto adnominal / adjunto adverbial*, a neutralização da oposição *oração adverbial final / oração adverbial consecutiva*, e as intenções não reveladas do emissor (numa concepção ampla da Semântica).

Apesar de reconhecermos que a ambigüidade se constitui num estorvo para quem deseja ser claro, inequívoco, naquilo que fala ou escreve, é bom que se diga que a reflexão sobre este assunto nos levou à convicção de que nem sempre podemos considerá-la um vício de lin-

guagem ou algo que sempre deva ser evitado a todo o custo em qualquer circunstância, como muitos gramáticos tentaram enquadrá-la, visto que a ambigüidade não só pode funcionar como fator de expressividade, conforme muito bem observou Back & Matos (1972), mas também como poderosa arma retórica utilizada pelos que, por conveniência, desejam ocultar o pensamento, como é comum no âmbito do direito e da política, considerando aqui o fato de que a ambigüidade só existe para o ouvinte, uma vez que o emissor sempre sabe o significado que está dando a suas palavras.

Finalmente, apesar de reconhecermos ser a vaguidade inerente à linguagem humana, tudo nos leva a crer que em relação à ambigüidade as coisas acontecem diferente, isto é, ela encontra terreno fecundo e propício para a sua proliferação nas línguas complexas ou mais elaboradas, conclusão esta confirmada por Baxter (1996, p. 535), para quem “a pidginização, a criação de uma língua pidgin, geralmente reduz ao mínimo as complicações gramaticais, tais como a flexão e as regras de concordância”, sendo o resultado disso “uma estrutura maximamente analítica desprovida de redundâncias e de ambigüidades”; implicitamente por Kato (1997), ao reconhecer que a estratégia copiadora de relativização, muito comum no português popular do Brasil, é superior à estratégia padrão pelo fato de evitar ambigüidades; e por Câmara Jr. (1981, p. 152), para quem “a língua popular reage contra a ambigüidade, optando (...) pela invariabilidade do verbo, o que introduz mais clareza quando se trata de um ser plural.”

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João de. Ambigüidade lexical. *Alfa*, São Paulo, n. 34, p. 187-193, 1990.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1978.

ARAÚJO, Jonas Romualdo de. *Curso por correspondência de tecnologia educacional aplicada ao ensino do português no 1º grau (8ª lição)*. Rio de Janeiro: ABT, 1984.

BACK, Eurico & MATTOS, Geraldo. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1972.

BALDINGER, Kurt. *Teoría semántica: hacia una semántica moderna*.

Madrid: Alcalá, 1970.

BARRETO, Mário. *Novos estudos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1954.

BAXTER, Alan. Línguas pidgin e crioulas. In: FARIA, Isabel Hub et alii (org.). *Introdução à lingüística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p. 535-549.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário contemporâneo de português*. Petrópolis: Vozes, 1992.

BLACK, Max. *Abuso lingüístico y reforma lingüística in el labirinto del lenguaje*. Ávila: Ed. C.A., 1965.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 9. ed. rev. e at. São Paulo: Nacional, 1986.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Manual de expressão oral e escrita*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, n.19, p. 25-64, mar. 1997.

CASTIM, Fernando. *Princípios básicos de semântica*. Recife: FASA, 1983.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

FROMKIN, Victoria & RODMAN, Robert. *Introdução à linguagem*. Trad. de Isabel Casanova. Coimbra: Almedina, 1993.

GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador. *Introducción a la semántica funcional*. Madrid: Síntesis [1994].

HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Lingüística*. Rio de Janeiro: Pre-

sença, 1976.

KATO, Mary A. “A língua portuguesa e sua tipologia.” [S.l.], CNPQ, 1989 [Mimeografado].

KATO, Mary A. “A teoria de princípios e parâmetros na descrição do português.” Salvador: UFBA, 1997 [Apontamentos de aula].

KEMPSON, Ruth. *Teoria semântica*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar: 1980.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1985.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. Orações reduzidas de Gerúndio. **In:** SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 21, 1991, Franca. *Anais*. Jahu: Fundação Educacional “Dr. Raul Bauab”, 1992-A. p. 891-898.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A intensificação no português: o intensificador e sua expressão*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992-B.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade: por uma concepção da língua materna e seu ensino*. Porto Alegre: L & PM, 1985.

MACEDO, Walmírio. *Análise sintática em nova dimensão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: M.A.F.C., 1976.

MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

MORENO, Cláudio & GUEDES, Paulo Coimbra. *Curso básico de redação*. São Paulo: Ática, 1979.

MOURA, José Ferreira de. *Tópicos para uma análise da ambigüidade no português*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1984.

NUNES, Amaro Ventura. Estrutura profunda e estrutura superficial no estudo das ambigüidades. *Revista Letras*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 36-62, 1977.

NUNES, Amaro Ventura & LEITE, Roberto Augusto Soares. *Comunicação-expressão em língua nacional para a 7ª série do ensino de 1º*

*grau*. São Paulo: Nacional, 1975.

NUNES, Amaro Ventura & LEITE, Roberto Augusto Soares. *Comunicação-expressão em língua nacional para a 8ª série do ensino de 1º grau*. São Paulo: Nacional, 1976.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é Lingüística*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

PEZATTI, Erotilde Goreti. A ambigüidade na linguagem da propaganda. *Alfa*, São Paulo, n. 32, p. 85-93, 1988.

POTTIER, Bernard. *Presentación de la lingüística: fundamentos de una teoría*. Trad. de Antonio Quilis. Madrid: Alcalá, 1968.

REHFELDT, Gládis Knak. *Monografia e tese: guia prático*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

REINALDO, Maria Augusta Gonçalves de Macedo. *Ambigüidades sintáticas: por uma sistematização de descrição*. Tese de Mestrado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1981.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Pérez de & KOCH, Ingedore G. Vilaça. *Lingüística aplicada ao português: sintaxe*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SPINA, Segismundo. *Normas gerais para trabalhos de grau: um breviário para o estudante de pós-graduação*. 2ª ed. melh. e ampl. São Paulo: Ática, 1984.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

UCHÔA, Carlos Eduardo F. Semântica e gramática. *Cadernos de Leitura da UFF*. Niterói, v. 9, p.14-17, 1994.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4ª ed. Trad. de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. de José C. Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.